



ZILDA RODRIGUES DE LIMA: UM SÍMBOLO DE LUTA E RESISTÊNCIA DA UMBANDA EM TERRA RICA – PR (1960)

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.4134

Victor Santelli Botter, UEM

Vanda Fortuna Serafim, UEM

Resumo

Buscamos a compreensão do papel de “D. Zilda” – esposa do presidente da “tenda espírita” Carlos Rodrigues de Lima – dentro do embate religioso entre umbandistas e os católicos, no dia de finados de 1960, na cidade paranaense de Terra Rica, abordando o contexto da Memória de Resistências e Resistências da/na História. No respectivo dia, por volta das 14 horas, durante uma pequena peregrinação, onde os umbandistas saíram de seu terreiro em direção ao cemitério, passando em frente a igreja, tal qual alguns católicos encararam como uma afronta a sua respectiva religião. Houvera, então, uma situação de violência generalizada. Zilda foi, assim como seu marido, uma das várias pessoas envolvidas durante o confronto. Posteriormente a briga, no mesmo dia, aproximadamente às 17 horas, os católicos não contentes com a situação ocorrida, atearam fogo na casa da família Rodrigues, onde Zilda, momentos antes, sofre uma tentativa de assassinato por arma de fogo dentro de sua casa, que ficava ao lado da tenda, também destruída. Neste artigo – partindo do processo criminal sob nº 37/67, dentre outras fontes – tentaremos elucidar como Dona Zilda foi caracterizada, por sua defesa jurídica, como um exemplo de perseverança dentro de seu direito de crença. Procuramos o diálogo teórico em Adilson do Amaral em “Mulher, Mãe e Macumbeira: As Sacerdotisas da Umbanda” (2013), Alessandra Soares em “Candomblé e Umbanda: Práticas Religiosas da Identidade Negra no Brasil” (2010), além de Wagner Gonçalves da Silva em “Candomblé e Umbanda: Os Caminhos da Devoção Brasileira” (2005).

Palavras Chave:

Umbanda; Católicos;
Dona Zilda; Conflito;
Terra Rica.

Introdução

Partindo dos estudos feitos no Projeto de Iniciação Científica intitulada “Intolerância Religiosa – O Confronto entre Umbandistas e Católicos em Terra Rica – PR (1960)”, o artigo em questão irá além das projeções da História das Religiões e religiosidades, como também trata-se de um caso de resistência por parte duma minoria religiosa, sempre buscando reverenciar a projeção de D. Zilda como personagem central de tal resistência no processo-crime.

O artigo também contará com um inesperado relato do filho de Carlos e Zilda, Carlos Rodrigues de Lima Filho, comumente chamado de Carlito. Na época, o mesmo era apenas uma criança de apenas 10 anos.

Para corroborar a discussão de tal tema, será fomentado também o pensamento acerca a importância da figura feminina dentro das religiões de matriz africana (sumariamente a umbanda), além de seu contexto social como um todo; focando, principalmente, no contexto espaço-temporal em que o incidente ocorrera.

O que acontecia no seio religioso terra-riquense antes do conflito?

É possível observar na fonte processual várias referências que já caracterizam a situação de violência religiosa (seja física ou não) em que os umbandistas e católicos estavam inseridos dentro da cidade de Terra Rica, muito antes da situação conflituosa do dia de finados.

Em um dos primeiros depoimentos transcritos na Delegacia Regional de Paranaíba, o Padre Vicente (o principal réu, acusado de incitar os católicos para com os atos cometidos; tanto durante o conflito quanto durante o incêndio do terreiro) respondeu que:

“(…) mais ou menos no mês de

janeiro ou fevereiro, o declarante foi certificado que na cidade de Terra Rica (...), iriam abrir uma tenda Espirita, (...) Centro Ubandista Pai Tomaz Mineiro; (...) o declarante advertiu os católicos que aquele tipo de religião é proibido pela religião católica, mormente quando ter atividade de macumba: que no mês de maio (...), o declarante deparou, com despacho próximo a porta de sua residência, despacho esse que constituído em cinco galinhas pretas, as quais estavam mortas e retalhadas, bem como um saco de estopa; que o declarante achou-se insultado, tanto em pessoa como na própria religião;” (PROCESSO nº 37/67, 23 de Nov. de 1960, pag. 111).

Posteriormente, durante a segunda quinzena de Agosto de 1960, uma carta de 11 páginas, escritas à mão por Carlos, datada do dia 19 de Agosto do mesmo ano, direcionada ao juiz Sinal Reis, a qual o mesmo, resumidamente, explica que o pai de santo e os Umbandistas estariam “reclamando medidas preventivas, visto encontra-se ameaçado o culto que ali praticavam – por pessoas daquele município.” (idem, 05 nov. 1960. pag. 23)

Dentre os denunciados citados na carta, está Dr Izido Modena, médico e ex-vereador da cidade de Terra Rica, o único que seria processado. Outro citado na carta, mas que não fora denunciado, é Joaquim Timóteo. Porém aqui o caso fora inverso, pois como cita Athos Bodó, advogado dos umbandistas, “coagiu Mariana Natavidade de Jesus a representar conta a Tenda Espirita (...)” (idem, pag. 92). Ambos envolveram-se na confusão do dia 02 de Novembro.

É perceptível que, por vários meses, prosseguiu-se uma grande dissonância entre os representantes de cada credo, sendo basicamente inexistente um diálogo inter-religioso que surtisse algum efeito de tolerância. Já Carlito Rodrigues afirmou que:

“Em menos de um ano o Centro de Umbanda Pai Tomas Mineiro já contava com cerca 80 médiuns e mais de 100 frequentadores. Isso para a época era um assombro (...) Quando naquele dia (...) os umbandistas decidiram ir ao cemitério municipal homenagear os mortos, surgiu a oportunidade que faltava para pôr fim as atividades dos macumbeiros— já que era assim que o padre Vicente chamava os umbandistas... Acontece que a decisão dos umbandistas de ir ao cemitério no dia de finados em procissão havia sido tomada uma semana antes... Mas, para chegar ao cemitério eles passariam em frente a Igreja do padre Vicente... É aí foi armada a emboscada” (FILHO, 28 de Set de 2017)

É válido ressaltar que, 3 anos antes do confronto, o município beirava aos 20.000 habitantes, sendo 13.000 só no campo, o que caracteriza as aproximações que Carlito fez sejam plausíveis dentro do contexto demográfico da cidade. (CALÍRIO, pag. 25)

O relato de Carlito valida – também pelos aspectos temporais – o depoimento de Elviro Diana que consta em um relatório policial do caso, anexado ao processo criminal:

“A testemunha (...), afirma ter escutado de um seu vizinho dizer em alta voz que CARLOS RODRIGUES DE LIMA, dirigente da Tenta Espirita Ubandista, havia mandado os Espiritas, que se o Padre pregasse qualquer coisa contra a Macumba éra para rasgar a batina do citado sacerdote.” (PROCESSO nº 37/67, 29 de Abril de 1961, pag. 144)

Nos depoimentos, Diana afirma ter escutado tais atos no dia 31 de Outubro, e que logo fora comunicar o Padre pelo que havia ouvido de seu vizinho, nomeado José Maria, um membro da tenta umbandista. (idem, 30 de Nov. de 1960, pag. 140)

A luta pela vida, religião e família

Não há um consenso sobre o número de pessoas envolvidas; tanto os católicos quanto umbandistas afirmavam estarem em número menor, mesmo que a hipótese mais plausível seja a última opção (ARIOCH, 2014)

Zilda foi a única citada no processo, dentre todos os envolvidos na confusão, que sofreu um tiro por arma de fogo, que o levou em seu braço direito. Seus filhos viram toda a cena, e Carlito relata que:

“Quando minha mãe foi baleada eu corri na sua direção, mas fui seguro pelo Geraldinho que trabalhava no sítio do seu Geraldo onde fui morar... Ela foi socorrida por alguns médiuns e nós (eu e meu irmão) fomos levados para o Centro de Umbanda...” (FILHO, 29 de Set. de 2017).

De acordo com o documento, a pessoa que efetuou o disparo foi João Bosco Filho. Carlito afirma que o tiro fora em direção ao pai, mas Zilda o empurrou antes que o projétil o atingisse; atingindo a ela mesma.

Joaquim Timóteo, o mesmo que já havia sido citado anteriormente pelo pai de santo em sua carta do mês de agosto, efetuou uma outra tentativa de assassinato contra Zilda, desta vez no terreiro, afirmando “... o seu marido não está, você mesmo serve” (PROCESSO nº 37/67, 07 de Nov. de 1960, pag. 91).

Carlito afirma que nesse momento um médium fora atingido pelos disparos de Timóteo no peito, mas o projétil não o perfurou. Athos dá um breve resumo defendendo sua bravura, dizendo que:

“D. Zilda (...), só, em sua tendo em sua companhia dois filhos menores, enfrentou trogloditas, os barbaros, em defeza de sua crença, de suas convicções espirituais” (idem, 07 de Nov. de 1960, pag. 91).

O que houve na vida de Zilda e de sua família?

No processo criminal há apenas uma única menção perante a mudança da família Rodrigues de Lima para Paranavaí logo após o confronto, apenas remontando a abertura do novo terreiro. O resto dos detalhes provém dos relatos de seu filho Carlito.

A família conseguiu se reerguer. Os pais inauguraram um novo templo em Paranavaí em 1961; inicialmente de madeira, e no ano seguinte, abriram um de alvenaria.

Carlito conota que muitas famílias umbandistas mudaram-se, assim como os pais, para a cidade vizinha, onde algumas continuaram frequentando o novo terreiro; os que ficaram em Terra Rica – mas não abandonaram a crença – visitavam a tenda pelo menos uma vez por mês.

Para além da resistência religiosa

Mas as lutas de Zilda jamais não se foram com o incêndio da antiga tenda. Carlos não tratava bem sua família; apesar de ser muito bom para a comunidade religiosa. Carlito sempre desentendeu-se com o pai, e este chegou ao ápice de lhe apontar um revólver durante uma discussão.

Como se não bastasse, Carlos abandonou a esposa, 12 anos após fundarem o segundo terreiro. Carlito nunca mais falou com o pai após o episódio, argumentando que, mesmo tendo livre arbítrio, Dona Zilda colocou sua vida em risco para salvar o marido.

Zilda passou então a ser mãe de santa do terreiro e nunca mais relacionou-se seriamente com alguém desde então. Carlos a trocou por uma jovem umbandista de Terra Rica, que mudou-se com a família para Paranavaí em 1961.

O pouco que sabe-se é que eles foram pra Curitiba em 1973, abriram por

lá um terceiro terreiro, e que Carlos morreu por volta de 1976/1977. Zilda não só compareceu, como ajudou nos preparativos do funeral do falecido homem que lhe abandonou alguns anos antes. Embora tivesse todos os motivos para criticar o pai, Dona Zilda jamais permitiu que os filhos o fizessem.

Adilson do Amaral e Alessandra Nascimento discutem o papel do pai de santo e a mentalidade do homem dentro do campo social em comparação a mulher; e destaca que é de praxe em nossa cultura a desvalorização do feminino, seja familiar, seja religioso (AMARAL, pag. 2); sendo uma forma, também, de demonstração e imposição de poder (NASCIMENTO, pag. 938-939)

Vemos esse tipo de hierarquização de forma clara na história de vida de Zilda; ela era desconsiderada dentro do campo jurídico da tenda, dentro da sociedade terra-riquense até mesmo perante seu marido.

A hierarquia do terreiro nos preceitos religiosos e jurídicos

Carlito Rodrigues confirmou que Dona Zilda atuava como Mãe Pequena; ou seja, ao lado do marido, atuava em segundo lugar dentro da hierarquia religiosa do terreiro. É preciso destacar que a principal fonte (processo criminal) procurar ater-se apenas aos termos jurídicos; ou seja, o teor burocrático do documento, não há referências de seus papéis religiosos dentro do terreiro, apenas aos cargos.

Dada circunstância, é interessante compreender que “a organização dos terreiros umbandistas a partir de um quadro burocrático foi um dos primeiros sinais desses ansios de reconhecimento” (SILVA, pag. 114), algo que, em sua gênese, diferenciava-se da composição das hierarquias familiares dos terreiros de candomblé (AMARAL, pag. 4). Vagner Gonçalves da Silva detalha essa organização dentro da religião

umbandista:

“A umbanda se inspirou nas associações civis (cartoriais) para estabelecer sua organização socio-religiosa. O terreiro passou, então, a funcionar segundo um estatuto que estabelecia os cargos (como presidente, secretário, tesoureiro)” (SILVA, pag. 115).

Porém, é possível observar nas cartas anexas, que foram escritas a mão por Carlos, observar várias referências a religião umbandista, principalmente Oxalá; além dos depoimentos que citam Carlos como pai de santo.

No entanto, juridicamente falando, Manoel Rodrigues era o segundo em comando, sendo o vice-presidente da tenda. Dona Zilda era apenas classificada como doméstica; Carlos e Manoel eram lavradores, mas respondiam como presidente e vice-presidente, respectivamente, pela tenda.

Os dois foram os responsáveis pela abertura do boletim de ocorrência na ocasião do conflito.

Apesar de tudo, o processo fora aberto por outro membro na qualidade de presidente, Antonio José dos Santos, este que, de acordo com Carlito, irmão de Dona Zilda. Não há menção do parentesco entre Zilda e Antônio no processo criminal.

É importante também destacar que o processo, no final das contas, o processo não resultou em nada. Para os réus (católicos), formalmente nada mudou; nenhum dos mesmos foram responsabilizados; todos negaram, criaram álibis ou justificaram eufemicamente suas ações.

Tampouco houvera quaisquer tipo buscas ou negociações de ressarcimentos aos prejuízos, e o processo acabara por ser arquivado em quase 8 anos de duração. (PROCESSO nº 37/67, 03 de Abril de 1968, pag. 117)

Considerações finais

Zilda Rodrigues de Lima levou um tiro pelo companheiro, teve sua casa queimada, reconstruiu sua vida, foi abandonada pelo mesmo companheiro que ela salvou, tornou-se – repentinamente – mãe de santa, e tocou seu terreiro, sozinha, em Paranavaí por 22 anos, até sua morte em 1995, sempre acreditando nos preceitos básicos da caridade que a religião umbandista propõe.

Conseguiu ainda ser um exemplo de perseverança, não apenas para os filhos e membros de seu terreiro, como para todos que a considerassem amiga, independente da religião que seguia. A mãe de santo sempre deixava as portas de casa abertas para quem viesse conhecer sua morada.

Num recente estudo publicado pelo grupo Criola – que desde 1992 atua em prol da defesa das mulheres negras e marginalizadas – atenta – baseado em dados estatísticos – um grande aumento de casos de intolerância religiosa em nosso país, principalmente de matriz africana, principalmente daquelas vivenciadas por mulheres negras, muitas vezes as principais vítimas. (pag. 7-10)

Concluimos com o relato de seu filho Carlito, argumentando que seu maior legado foi sua mãe lhe ter ensinado a lutar pelo que acredita, não importa o que aconteça. Amaral sintetiza bem a realidade em que essas mulheres passam:

“A coragem e a força de algumas sacerdotisas de umbanda, desde o seu aparecimento até os dias de hoje, é algo que devemos destacar, pois elas conseguiram romper modelos e provar que mesmo a umbanda não tendo um manual de procedimentos ritualísticos, não seguindo nenhum livro sagrado que apresentasse normas a serem seguidas, conseguiram manter seus templos abertos e agregando adeptos.

E como se não bastasse todo o

preconceito enfrentado pelas mulheres (...), as sacerdotisas da Umbanda, carregam um nível de impureza ainda maior, pois praticam uma religião popular de matriz negra, levam o rótulo de macumbeiras, que sempre é pejorativo, e geralmente são pobres.” (AMARAL, pag. 7)

D. Zilda foi uma verdadeira guerreira que lutou bravamente pela religião que seguia. Amaral destaca que não apenas a sociedade, como a academia também está em débito com a análise histórica da luta que essas mulheres passam todos os dias (idem, pag. 7), e que ainda está muito longe de acabar (CRIOLA, pag. 22).

Referências

AMARAL, Adilson do. **Mulher, Mãe e Macumbeira: As Sacerdotisas da Umbanda**. São Paulo: ABHR, 2013

ARIOCH David. **Um dia de Guerra Civil em Terra Rica**. Diário do Noroeste. Paranavaí: 06 de

Abril de 2014

BOTTER, Victor Santelli. **Intolerância Religiosa – O Conflito entre Umbandistas e Católicos em Terra Rica – PR (1960)**. LERR. Maringá: UEM, 2016

CALÍRIO, Edson Paulo. **Vale do Paranapanema – Sonhos de uma Terra Rica**. Paranavaí: Editora Gráfica Paranavaí Ltda, 2005

CRÍOLA. **Diagnóstico da situação da intolerância religiosa contra religiões de matriz africana e seus impactos sobre os direitos humanos e a saúde das mulheres negras no estado do Rio de Janeiro, Grandes Regiões e Brasil**. Rio de Janeiro, 16 de Set. 2017

FILHO, Carlos Rodrigues de Lima. Entrevista concedida a Victor Santelli Botter. 28-30 de set. 2017

NASCIMENTO, Alessandra Amaral Soares. **Candomblé e Umbanda: Práticas religiosas da identidade negra no Brasil**. RBSE, 9 (27): 923 a 944. ISSN 1676-8965, dezembro de 2010

PARANÁ (BRASIL). Comarca de Terra Rica. **Processo nº 37/67**. Paranavaí: 07/11/1960

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Candomblé e Umbanda: Caminhos da Devoção Brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2005.